



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 - UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)
ENGENHEIRO – Área: ENGENHARIA CIVIL**

28 de agosto de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

Pode uma mulher governar?

Por Carla Rodrigues

1 Pode o subalterno falar? Não, responde a filósofa indiana Gaiatri Spivak* num ato performativo
2 em que, ao dizer não, já está problematizando a interdição da voz subalterna e dando início a um
3 importante debate sobre pós-colonialismo e gênero. Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil,
4 em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – “pode uma mulher
5 governar?” – para, com Spivak, responder não. [...]

6 No início dos anos 1990, a feminista norte-americana Susan Faludi publicou “Backlash”**, livro
7 em que identificava as inúmeras formas de retrocesso em relação aos avanços no campo feminista
8 desde os anos 1960 (para uma excelente recuperação desta história, ver “She’s beautiful when she’s
9 angry”***, documentário em cartaz no Netflix). O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a
10 famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma
11 superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um
12 movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.

13 A recente campanha #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças
14 ativas e reativas. Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista
15 semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos
16 que nos fariam voltar alguns séculos ao passado. Beleza para agradar o marido, comportamento
17 domesticável, em ambiente familiar e caseiro. A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito
18 parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os
19 retrocessos na sociedade norte-americana.

20 Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso “backlash” está no
21 fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas. Apesar de anos de luta, o
22 movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto. Pequenas conquistas,
23 como o fim da obrigatoriedade do registro de boletim de ocorrência para interrupção de gravidez em
24 caso de estupro, estão ameaçadas pela ação danosa do deputado Eduardo Cunha. No âmbito
25 estadual, foi preciso uma grande mobilização para impedir a aprovação de uma lei que obrigaria
26 profissionais de saúde do Estado do Rio de Janeiro a notificar a polícia sempre que uma mulher
27 chegasse a um hospital com complicações pós-aborto.

28 Neste contexto de pequenas conquistas e grandes retrocessos, Dilma esteve sob ataque
29 desde o início do seu primeiro mandato. Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino
30 e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”.
31 De certa forma, é como se sua figura austera tivesse encarnado a abjeção da sociedade brasileira em
32 relação a uma mulher no poder. Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher
33 governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. Talvez tenha
34 sido, aos olhos de muitos, esse o “crime” cometido pela presidenta. Talvez por isso estejamos
35 enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram
36 o poder.

Gaiatri Spivak: crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo *Can the Subaltern Speak?* (*Pode o subalterno falar?*), considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo

** **Backlash** = retrocesso

*** **She’s beautiful when she’s angry** = Ela é bonita quando está com raiva

Disponível em <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/>.
Acessado em 24 de maio de 2016. (Texto adaptado)

- 1 Em **Pode uma mulher governar?**, Carla Rodrigues argumenta em favor da tese de que
- (A) às pessoas subalternas não é dado o direito de expressão.
 - (B) a sociedade latino-americana é especialmente machista.
 - (C) as mulheres não são capacitadas para governar.
 - (D) mulheres diplomadas raramente se casam.
 - (E) mulheres poderosas enfrentam fortes reações.

- 2 No segundo parágrafo do texto, a autora menciona Susan Faludi, para quem
- (A) o movimento feminista ganhou força nos anos 60.
 - (B) as revistas femininas repelem o movimento feminista.
 - (C) a revista Newsweek veiculava conteúdo machista.
 - (D) o retrocesso da causa feminista é perceptível há décadas.
 - (E) a função da mulher é administrar sua casa.
- 3 No terceiro parágrafo, Carla Rodrigues
- (A) destaca a reação à campanha #belarecatadaedolar.
 - (B) critica o perfil da esposa do presidente interino.
 - (C) valoriza o estereótipo da presidente afastada.
 - (D) critica a motivação da campanha #belarecatadaedolar.
 - (E) compara matérias veiculadas em diferentes épocas.
- 4 Na opinião da autora do texto,
- (A) Dilma não atende ao estereótipo feminino socialmente aceito.
 - (B) o aborto deve ser legalizado para o bem das mulheres.
 - (C) as reações são desproporcionais aos avanços feministas.
 - (D) os casos de complicações pós-aborto não devem ser notificados.
 - (E) a atuação de Eduardo Cunha prejudica as mulheres.
- 5 A autora empregou linguagem coloquial em
- (A) “Não, responde a filósofa indiana Gaiatri Spivak num ato performativo em que, ao dizer não, já está problematizando a interdição da voz subalterna e dando início a um importante debate sobre pós-colonialismo e gênero.” (linhas 1 a 3)
 - (B) “O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.” (linhas 9 a 12)
 - (C) “A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os retrocessos na sociedade norte-americana.” (linhas 17 a 19)
 - (D) “Apesar de anos de luta, o movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto.” (linhas 21 e 22)
 - (E) “Talvez por isso estejamos enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.” (linhas 34 a 36)
- 6 Em “O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de ‘volta ao fogão’, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.” (linhas 9 a 12), a palavra *batida* é sinônimo de
- (A) *insistente*.
 - (B) *antiquada*.
 - (C) *decadente*.
 - (D) *desgastada*.
 - (E) *cansada*.

7 A autora poderia ter empregado dois pontos entre os períodos

- (A) “Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos que nos fariam voltar alguns séculos ao passado.” (linhas 14 a 16) e “Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.” (linhas 16 e 17)
- (B) “Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.” (linhas 16 e 17) e “A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os retrocessos na sociedade norte-americana.” (linhas 17 a 19)
- (C) “Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso ‘backlash’ está no fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas.” (linhas 20 e 21) e “Apesar de anos de luta, o movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto.” (linhas 21 e 22)
- (D) “Neste contexto de pequenas conquistas e grandes retrocessos, Dilma esteve sob ataque desde o início do seu primeiro mandato.” (linhas 28 e 29) e “Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como ‘jararaca’.” (linhas 29 e 30)
- (E) “Talvez tenha sido, aos olhos de muitos, esse o ‘crime’ cometido pela presidenta.” (linhas 33 e 34) e “Talvez por isso estejamos enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.” (linhas 34 a 36)

8 As aspas indicam ironia em

- (A) *Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – “pode uma mulher governar?” – para, com Spivak, responder não. [...] (linhas 3 a 5)*
- (B) *O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa. (linhas 9 a 12)*
- (C) *Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”. (linhas 29 e 30)*
- (D) *Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. (linhas 32 e 33)*
- (E) *Talvez tenha sido, aos olhos de muitos, esse o “crime” cometido pela presidenta. (linhas 33 e 34)*

9 O discurso direto ocorre em

- (A) “Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – ‘pode uma mulher governar?’ – para, com Spivak, responder não.” (linhas 3 a 5)
- (B) “No início dos anos 1990, a feminista norte-americana Susan Faludi publicou ‘Backlash’, livro em que identificava as inúmeras formas de retrocesso em relação aos avanços no campo feminista desde os anos 1960 (para uma excelente recuperação desta história, ver ‘She’s beautiful when she’s angry’, documentário em cartaz no Netflix).” (linhas 6 a 9)
- (C) “A recente campanha #belarecataedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças ativas e reativas.” (linhas 13 e 14)
- (D) “Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso ‘backlash’ está no fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas.” (linhas 20 e 21)
- (E) “Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como ‘jararaca’.” (linhas 29 e 30)

10 Em “Insistentemente, ela buscou responder ‘sim, pode uma mulher governar’, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder.” (linhas 32 e 33), a conjunção e expressa

- (A) explicação.
- (B) condição.
- (C) oposição.
- (D) causa.
- (E) concessão.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Preconiza a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a posse dar-se-á
- (A) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres e as responsabilidades, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (B) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
 - (C) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (D) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os deveres, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (E) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá, para quitar o débito, o prazo de
- (A) trinta dias.
 - (B) quarenta dias.
 - (C) noventa dias.
 - (D) sessenta dias.
 - (E) quarenta e cinco dias.
- 13 Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais
- (A) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - adicional noturno; VI - adicional de férias; VII - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VIII - gratificação por encargo de curso ou concurso.
 - (B) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional noturno; IV - adicional de férias; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.
 - (C) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.
 - (D) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - adicional noturno; VI - adicional de férias, unicamente.
 - (E) I - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; II - adicional pela prestação de serviço extraordinário; III - adicional noturno; IV - adicional de férias; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 14 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a demissão será aplicada nos seguintes casos
- (A) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VI - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (B) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (C) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; XI - corrupção; XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.
 - (D) I - crime contra a administração pública; II - improbidade administrativa; III - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; IV - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; V - aplicação irregular de dinheiros públicos; VI - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (E) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
- 15 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar:
- (A) o substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a sessenta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.
 - (B) remoção é o deslocamento do servidor, que poderá ser somente de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, sem a necessidade de prévia apreciação do órgão central do SIPEC.
 - (D) a vacância do cargo público decorrerá única e exclusivamente de: exoneração; demissão; e aposentadoria.
 - (E) vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível; e a remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 16 De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, dentre outros deveres do servidor público, podemos afirmar que são deveres fundamentais:
- (A) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, sem a obrigação de exigir as providências cabíveis; cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, sem a obrigação de obedecer critério, segurança e rapidez; não exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos; divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, sem estimular o seu integral cumprimento.
 - (B) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, sem a obrigação de evitar dano moral ao usuário; ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, sem o dever de respeitar a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social; resistir com limitações de quaisquer servidores e de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, sem a obrigação de denunciá-las.
 - (C) não facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito; não participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; não abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei; não zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, sem a obrigação de seguir os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
 - (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
 - (E) retardar, sempre que possível, qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ter consciência de que seu trabalho não é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; apresentar-se ao trabalho com vestimentas não necessariamente adequadas ao exercício da função; manter-se atualizado, sem obrigação com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 17 Em conformidade com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outros princípios e diretrizes, a gestão dos cargos do plano de carreira observará:
- (A) I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; III - qualidade do processo de trabalho; VII - desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; VIII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; X - oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (B) I - demandas institucionais; II - proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III - inovações tecnológicas; e IV - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) I - plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II - padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
 - (D) I - nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; II - cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; III - ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.
 - (E) I - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; II - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição; III - ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Nesse decreto, entende-se por:
- (A) I - eventos de capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - capacitação: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - gestão por competência: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (B) I - capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - gestão por competência: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (C) I - gestão por competência: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - eventos de capacitação: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (D) I - capacitação: incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho; II - gestão por competência: incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal; estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional; III - eventos de capacitação: considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si; oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.
 - (E) I - capacitação: promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; II - eventos de capacitação: incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades; III - gestão por competência: avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação; elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outros objetivos, o referido decreto instituiu o Programa de Avaliação de Desempenho que terá por finalidade promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade. O resultado do referido programa deverá:
- (A) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (B) I - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; II - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (C) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (D) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; e IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional, única e exclusivamente.
 - (E) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e V - aferir o mérito para progressão.
- 20 O Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Uma das finalidades do referido decreto foi a criação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de
- (A) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordená-las sem a obrigação de avaliar a execução dessas ações.
 - (B) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, sem o dever de coordenar e avaliar a execução dessas ações.
 - (C) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações.
 - (D) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, sem a obrigação de coordenar, devendo avaliar a execução dessas ações.
 - (E) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, única e exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 As duas vigas V_1 e V_2 possuem seções transversais retangulares idênticas e vãos iguais a L e $2L$, respectivamente, Figura 1 e Figura 2.

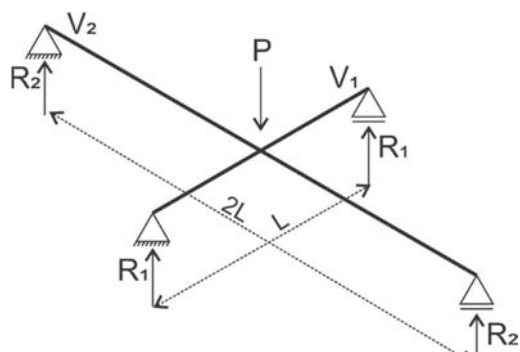


Figura 1 – Esquema estático.

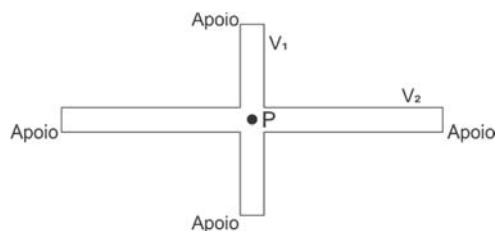


Figura 2 – Vista superior.

Essas vigas são ortogonais entre si, cruzam-se ao meio de seus vãos e são constituídas por um mesmo material de comportamento elástico-linear. O valor das reações de apoio R_1 e R_2 nas vigas quando é aplicada uma carga P no meio dos vãos dessas vigas vale

- (A) $R_1=3P/8$ e $R_2=P/8$.
- (B) $R_1=P/4$ e $R_2=P/4$.
- (C) $R_1=4P/9$ e $R_2=P/18$.
- (D) $R_1=P/5$ e $R_2=3P/10$.
- (E) $R_1=P/6$ e $R_2=P/3$.

- 22 As barras AB e BC da figura 3 sustentam uma força de 16 kN, são constituídas de um mesmo material e possuem área da seção transversal de 1 cm^2 .

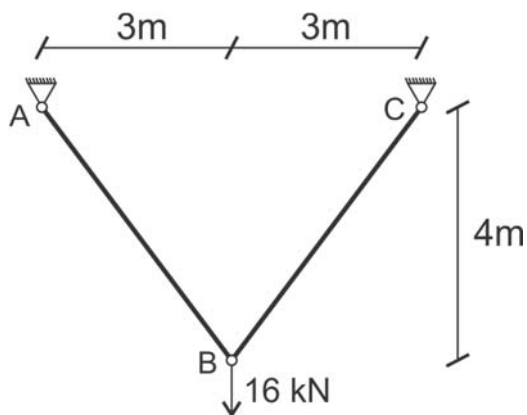


Figura 3 – Estrutura da Questão 22.

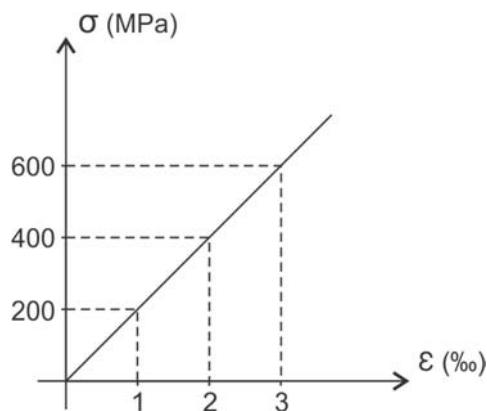


Figura 4 – Diagrama tensão-deformação do material da barra.

Considerando o diagrama de tensão-deformação do material das barras obtido a partir de um ensaio de tração exibido na figura 4 e supondo que as barras estavam indeformadas antes da aplicação da força de 16 kN, a deformação nas barras após a aplicação da força vale

- (A) $\epsilon = 0,10 \%$.
- (B) $\epsilon = 0,20 \%$.
- (C) $\epsilon = 0,25 \%$.
- (D) $\epsilon = 0,50 \%$.
- (E) $\epsilon = 1,60 \%$.

- 23 A viga de madeira de seção I composta da Figura 5 é constituída por três peças de madeira de 6 x 16 centímetros.

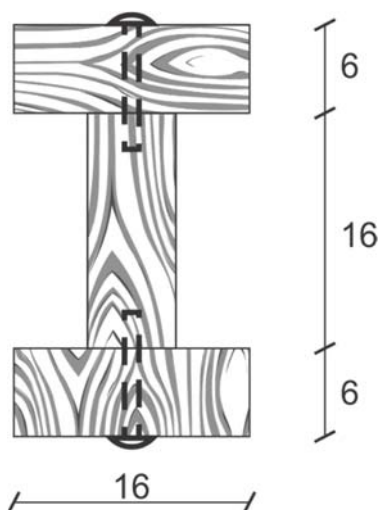


Figura 5 – Viga de madeira de seção composta pregada. Dimensões em centímetros.

O valor do momento estático a se considerar para o dimensionamento da ligação entre a mesa superior e a alma da viga vale

- (A) 1056 cm³
- (B) 824 cm³
- (C) 2112 cm³
- (D) 1248 cm³
- (E) 2496 cm³

- 24 Observe a figura abaixo.

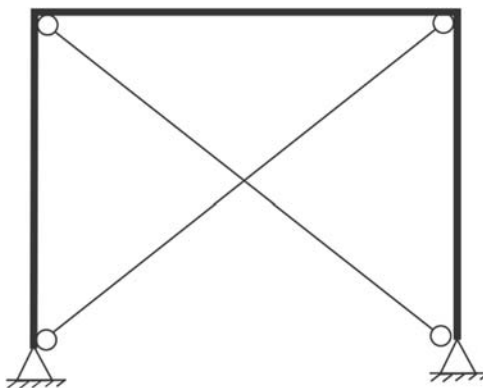


Figura 6 – Pórtico de aço “contraventado” em x.

Considere as assertivas a seguir com relação às verificações indispensáveis para o dimensionamento das barras do sistema de contraventamento em “x” de um pórtico plano de uma estrutura de aço quanto ao Estado Limite Último, segundo as recomendações da ABNT- NBR 8800:2008 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios.

- I Deve-se observar a segurança das barras quanto à flambagem.
- II Deve-se observar o esmagamento da seção bruta das barras.
- III Deve-se observar a ruptura à tração da seção bruta das barras.
- IV Deve-se observar o escoamento à tração da seção líquida das barras.

Estão **corretas**

- (A) I e II, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) III e IV, somente.
- (E) II e III, somente.

- 25 Segundo a ABNT-NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento, o efeito das imperfeições locais nos pilares e pilares-parede pode ser substituído, em estruturas reticuladas, pela consideração do momento mínimo de 1ª ordem dado pela expressão: $M_{1d,min} = N_d(0,015 + 0,03h)$, em que h é a altura total da seção transversal na direção considerada, expressa em metros, e N_d é o esforço normal de cálculo atuante no referido pilar.

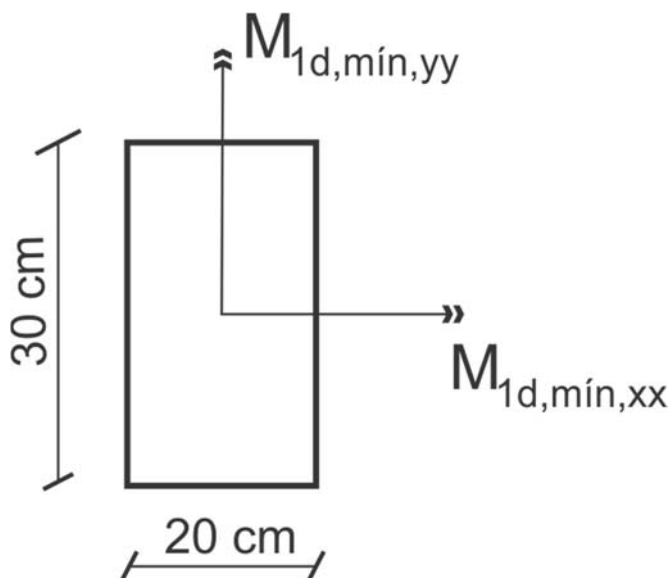


Figura 7 – Seção transversal do pilar.

Sabendo que o coeficiente de majoração das ações $\gamma_f = 1,4$ e que o esforço normal característico no pilar $N_k = 100$ kN, os valores dos momentos mínimos de 1ª ordem $M_{1d,min,xx}$ e $M_{1d,min,yy}$ para o pilar da Figura 7 são, respectivamente,

- (A) $M_{1d,min,xx} = 2,40$ kN.m e $M_{1d,min,yy} = 2,10$ kN.m.
(B) $M_{1d,min,xx} = 1,25$ kN.m e $M_{1d,min,yy} = 2,54$ kN.m.
(C) $M_{1d,min,xx} = 3,10$ kN.m e $M_{1d,min,yy} = 2,40$ kN.m.
(D) $M_{1d,min,xx} = 2,25$ kN.m e $M_{1d,min,yy} = 2,82$ kN.m.
(E) $M_{1d,min,xx} = 3,36$ kN.m e $M_{1d,min,yy} = 2,94$ kN.m.
- 26 Em estruturas de concreto protendido, o projeto deve prover as perdas da força de protensão em relação ao valor inicial aplicado pelo aparelho tensor, ocorridas antes da transferência da protensão ao concreto. Considere as assertivas em relação às perdas de protensão.
- As perdas por atrito são maiores nos trechos retos e menores nos trechos curvos do cabo de protensão.
 - As perdas iniciais da força de protensão na pré-tração, tais como escorregamento dos fios de ancoragem, relaxação inicial da armadura e retração inicial do concreto, ocorrem após a liberação do dispositivo de tração no cabo.
 - Consideram-se como perdas progressivas aquelas decorrentes da retração do concreto e da relaxação do aço de protensão.
 - No cálculo das perdas progressivas pode-se admitir aderência entre a armadura e o concreto e permanência do elemento estrutural no estágio III.

Estão corretas

- (A) II e III, somente.
(B) II e IV, somente.
(C) I, III e IV, somente.
(D) I e II, somente.
(E) II, III e IV, somente.

- 27 Assinale a alternativa **correta** que expressa o valor do esforço cortante e o do momento fletor no ponto C da figura abaixo (Figura 8).

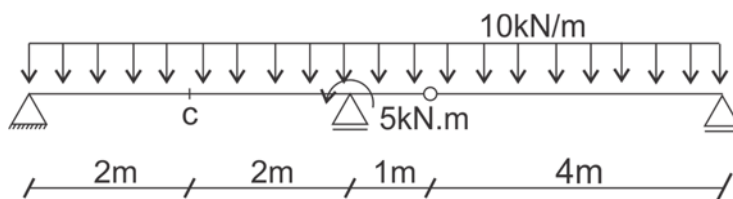


Figura 8

- (A) $V = 15 \text{ kN}$ e $M = 0 \text{ kN.m}$.
(B) $V = -40 \text{ kN}$ e $M = -30 \text{ kN.m}$.
(C) $V = -5 \text{ kN}$ e $M = 10 \text{ kN.m}$.
(D) $V = 40 \text{ kN}$ e $M = 20 \text{ kN.m}$.
(E) $V = -25 \text{ kN}$ e $M = 40 \text{ kN.m}$.
- 28 A principal função dos sistemas de fôrmas de concreto armado é condicionar a geometria da estrutura acabada atendendo aos requisitos do projeto estrutural. Analise as assertivas abaixo no que se refere aos sistemas de formas de concreto armado utilizados atualmente na construção civil e em atendimento à NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- É obrigatória a amarração de peças (fôrmas e escoramentos) durante o processo de desforma, assim como o isolamento e sinalização ao nível do terreno.
 - O tempo mínimo recomendado para desforma de assoalhos de lajes considerando concreto usual de cura úmida é de 48h, seguida de reescoramento.
 - A execução de fôrmas deslizantes pode ser fiscalizada pelo mestre e encarregado, sem a necessidade de habilitação legal.
 - As armações de pilares devem ser estaiadas ou escoradas antes do cimbramento.
- Está(ão) **correta(s)**
- (A) I e II, somente.
(B) II, somente.
(C) III, somente.
(D) I e IV, somente.
(E) II, III e IV, somente.
- 29 A cura do concreto deve ser iniciada tão logo for verificado ao tato que a superfície está seca. Sobre este processo, é **correto** afirmar:
- (A) A aspersão de água na superfície do concreto deve ser mantida pelo menos por dois dias consecutivos.
(B) A cura a vapor, na qual a peça é submetida a um ambiente de vapor de água à temperatura de 70°C, é indicada para ganho lento e gradual de resistência do concreto.
(C) Não são recomendados na cura de concretos usuais processos como cura térmica ou termoelétrica.
(D) A cura inadequada do concreto pode ocasionar a evaporação de água e conseqüentemente fissuras de cisalhamento na parte inferior de lajes.
(E) O processo de aplicação de membrana ou pintura de proteção na superfície do concreto substitui a aspersão de água.
- 30 A norma ABNT-NBR 5626:1998 - Instalação predial de água fria - estabelece exigências e recomendações relativas à manutenção de reservatórios domésticos. A referida norma recomenda a inspeção dos reservatórios para se assegurar que as tubulações de aviso e de extravasão estejam desobstruídas, que as tampas estejam posicionadas nos locais corretos e fixadas adequadamente e que não haja ocorrência de vazamentos ou sinais de deterioração provocada por vazamentos. De acordo com a norma, esta inspeção deve ser realizada, no mínimo,
- (A) a cada dois anos.
(B) uma vez por ano.
(C) a cada seis meses.
(D) a cada três meses.
(E) mensalmente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

31 A boa qualidade da execução do concreto requer alguns cuidados considerados indispensáveis no lançamento deste material nas fôrmas, tendo em vista o melhor adensamento das estruturas, evitando-se, por exemplo, nichos de concretagem. Em atendimento às recomendações da ABNT-NBR 14931:2004 quanto ao processo de lançamento do concreto, é **correto** afirmar:

- (A) Antes do lançamento do concreto deve ser feita a remoção cuidadosa de detritos e secagem das fôrmas.
- (B) No lançamento submerso de concreto, a ponta do tubo de lançamento deve ser mantida fora do concreto já lançado, a fim de evitar agitação prejudicial.
- (C) Quando a operação de lançamento do concreto for interrompida antes que todo o volume previsto no plano de concretagem tenha sido completado, a retomada deverá ser precedida de uma perfeita limpeza da superfície do concreto por meio de escova de aço.
- (D) As fôrmas devem ser preenchidas em camadas de altura inferior à altura da agulha do vibrador mecânico.
- (E) A verificação de armaduras antes do lançamento do concreto é indispensável, podendo ser realizada até o limite de 2 horas após amassamento do concreto usual.

32 O projeto de instalação elétrica de uma edificação de dois pavimentos adota como potência instalada o valor de 3000 W e considera um fator de demanda de 60%. Desta forma, o valor da potência que será realmente utilizado é

- (A) 1200 W.
- (B) 1800 W.
- (C) 2400 W.
- (D) 4800 W.
- (E) 5000 W.

33 A retração do cimento provoca uma diminuição do volume de concreto podendo ocasionar fissuras em peças estruturais de concreto. Analise as assertivas abaixo no que se refere às principais recomendações para evitar as fissuras de retração.

- I Utilizar cimentos finos na execução do concreto.
- II Diminuir o fator água/cimento ao mínimo necessário para garantir trabalhabilidade do concreto.
- III Executar a cura do concreto para evitar a evaporação da água.
- IV Prever no projeto estrutural uma armadura para combater as tensões de retração.

Está(ão) **correta(s)**

- (A) II, III e IV, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I, II e IV, somente.

34 Os ensaios de esclerometria e de ultrassom são muito utilizados atualmente como ensaios não destrutivos para avaliação das propriedades mecânicas do concreto endurecido. Quanto ao assunto, considere as assertivas seguintes:

- I A carbonatação da superfície do concreto aumenta os índices esclerométricos quando comparado a um concreto semelhante cuja superfície não está carbonatada.
- II A presença de armaduras próxima à superfície não influencia os resultados do ensaio de esclerometria.
- III Nos ensaios de ultrassom, a velocidade de propagação dos impulsos ultrassônicos aumenta permanentemente com a idade do concreto endurecido.
- IV Nos ensaios de ultrassom, quanto maior for a velocidade de propagação dos impulsos ultrassônicos, menor será a resistência à compressão do concreto.

Está(ão) **correta(s)**

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) IV, somente.
- (E) II e III, somente.

35 Observe a figura abaixo.

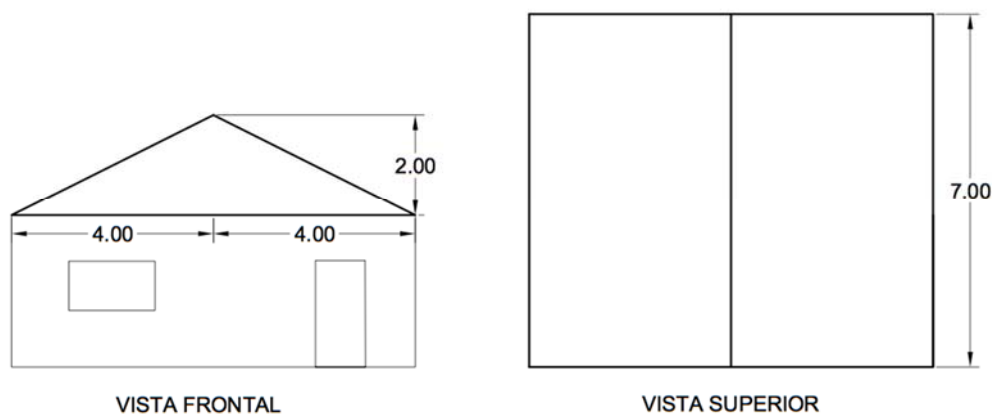


Figura 9 – Vistas da Edificação (dimensões em metro).

Considerando a elaboração de um projeto de águas pluviais da edificação apresentada na Figura 9 e uma intensidade pluviométrica igual a 240 mm/h, a vazão de projeto para uma das superfícies inclinadas do telhado, atendendo à metodologia recomendada pela norma ABNT-NBR 10844:1989 - Instalações prediais de águas pluviais, corresponde a

- (A) 45 L/min.
- (B) 60 L/min.
- (C) 90 L/min.
- (D) 120 L/min.
- (E) 140 L/min.

36 Em um projeto de instalação predial de esgoto sanitário, uma determinada caixa sifonada recebe efluentes de aparelhos sanitários até o limite de 10 UHC (Unidade Hunter de Contribuição). Considerando esta situação e em atenção à norma ABNT NBR 8160:1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução, o diâmetro nominal (DN) mínimo da caixa sifonada é

- (A) DN 50.
- (B) DN 75.
- (C) DN 100.
- (D) DN 125.
- (E) DN 150.

37 Poços de exploração e trincheiras são escavações feitas no solo com a finalidade de retirada de amostras e inspeção direta do terreno ao longo da profundidade em estudo. Quanto a este método de inspeção, analise as assertivas abaixo.

- I Permite a observação da estratificação das camadas de solo.
- II É um procedimento de inspeção limitado ao nível freático.
- III Não deve ser adotado para determinação de parâmetros de resistência do solo.
- IV Permite a tomada de amostras para caracterização do solo.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II e IV, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 38 Um laudo de caracterização de solo apresentou como uma das características do material argiloso coletado um índice de resistência à penetração (N) igual a 13. Desta forma, de acordo com a norma ABNT-NBR 6484:2001, no que se refere aos estados de compacidade e de consistência dos solos, este material pode ser designado como
- (A) Argila Muito Mole.
(B) Argila Mole.
(C) Argila Média.
(D) Argila Rija.
(E) Argila Dura.
- 39 Riscos geológicos ocorrem com frequência no Brasil e podem ocasionar danos econômicos e ambientais, assim como a perda de vidas humanas. Estes riscos são associados aos processos geológicos que podem estar relacionados predominantemente à geodinâmica interna ou externa. Assinale a alternativa abaixo que apresenta um risco geológico endógeno.
- (A) Erosão do solo.
(B) Colapso do solo.
(C) Terremoto.
(D) Escorregamentos.
(E) Solos expansivos.
- 40 O controle tecnológico na execução de aterros em obras de construção de edificações residenciais, comerciais ou industriais de propriedade pública ou privada deve seguir as recomendações previstas pela norma ABNT-NBR 5681:2015 - Controle tecnológico da execução de aterros em obras de edificações. Quanto às situações em que se exige o controle tecnológico normativo durante a execução, analise os itens seguintes.
- I Quando são executados aterros com a finalidade de suportar fundações.
II Quando são executados aterros com responsabilidade de suportar estruturas da contenção.
III Quando o volume de aterro for inferior a 300 m³.
IV Quando a altura do aterro for superior a 1,0 m.
- Está(ão) **correto(s)**
- (A) I, II e IV, somente.
(B) I, II e III, somente.
(C) III, somente.
(D) II e IV, somente.
(E) I, II, III e IV.
- 41 Projetos de engenharia na especialidade de instalações elétricas prediais utilizam simbologia padronizada. Analisando a imagem da Figura 10, indique a alternativa que interpreta de forma correta a simbologia apresentada.



Figura 10 – Quadro de Distribuição.

- (A) Quadro parcial de luz e força aparente.
(B) Quadro parcial de luz e força embutido.
(C) Caixa de telefone.
(D) Quadro geral de luz e força embutido.
(E) Quadro geral de luz e força aparente.

- 4.2 No que se refere à Lei 8.666/93 - Licitações e Contratos da Administração, é **correto** afirmar:
- (A) É vedada ao servidor de órgão responsável pela licitação a participação indireta na execução de obra.
 - (B) O autor de projeto executivo poderá participar indiretamente da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
 - (C) É vedada a participação do autor do projeto executivo na função de fiscalização na execução de obra ou serviço.
 - (D) O detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador de empresa responsável pela elaboração do projeto básico poderá participar indiretamente da licitação ou da execução de obra.
 - (E) O autor de projeto básico poderá participar indiretamente da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
- 4.3 Em laboratórios, a verificação da resistência à abrasão é realizada através do método do Porcelain Enamel Institute (PEI), que é um ensaio de "variação de aspecto com o desgaste", ou apenas variação de aspecto. De acordo com este ensaio, a classificação PEI-5 é empregada **corretamente** em
- (A) cozinha, corredor e hall residencial, sacadas e quintais.
 - (B) áreas públicas, shoppings e aeroportos com tráfego intenso.
 - (C) ambientes sem porta para o exterior.
 - (D) áreas comerciais, salões de venda e consultórios com tráfego médio.
 - (E) banheiros e dormitórios.
- 4.4 O gesso é um aglomerante simples obtido pela calcinação da gipsita natural. Sobre este material de construção, é **correto** afirmar:
- (A) Possui resistência à compressão superior a 20 MPa.
 - (B) Apresenta boa aderência a superfícies de madeira.
 - (C) Atinge sua resistência máxima 5 dias após o início pega.
 - (D) Não apresenta propriedade de impermeabilidade do ar.
 - (E) Apresenta boa aderência ao ferro.
- 4.5 Analise a rede PERT apresentada na Figura 11.

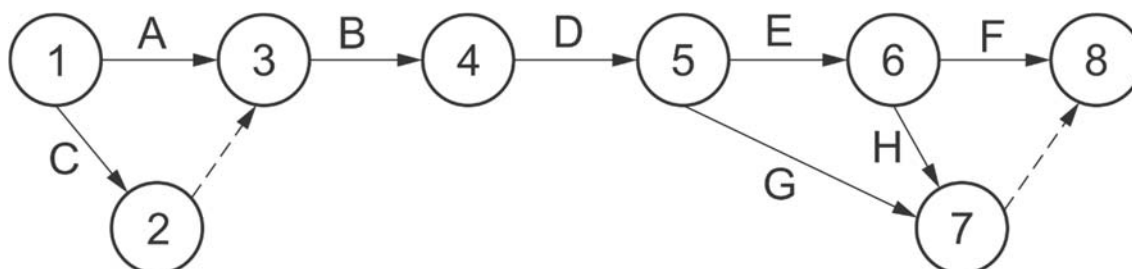


Figura 11 – Rede PERT

A atividade que apresenta dupla dependência e a justificativa para a necessidade de criação de atividades fictícias estão corretas na alternativa

- (A) Atividade B; a criação de atividades fictícias ocorreu pois não foi possível representar os relacionamentos lógicos de forma completa.
- (B) Atividade B; a criação de atividades fictícias ocorreu pois duas atividades podem ser identificadas pelo mesmo evento final e evento inicial.
- (C) Nenhuma atividade da rede apresenta dupla dependência; a criação de atividades fictícias ocorreu pois entre dois eventos sucessivos somente pode existir uma única atividade.
- (D) Atividade D; a criação de atividades fictícias ocorreu para impor uma restrição para a realização de outras atividades.
- (E) Atividade D; a criação de atividades fictícias ocorreu para indicar que a atividade não necessita de recurso para ser executada.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

46 Considere um prédio de 3 pavimentos, cada um com 4 apartamentos. Um apartamento tem uma área de 60 m² para ser pintada. A pintura será interna e serão realizadas duas demãos. Um pintor apresenta uma produtividade de 0,80 m²/h. Considere a jornada de trabalho semanal de 40 h. A duração em semanas deste serviço, quando realizado por 2 pintores, será de

- (A) 11,2.
- (B) 18.
- (C) 22,5.
- (D) 36.
- (E) 45.

47 O valor planejado de um determinado projeto de construção foi R\$ 300.000,00. O custo realizado foi igual a R\$ 150.000,00 e o valor agregado R\$ 145.000,00. Considerando estas informações, o valor de IDC (Índice de Desempenho de Custo) deste projeto será

- (A) 0,64.
- (B) 0,96.
- (C) 1,00.
- (D) 1,20.
- (E) 2,00.

48 A respeito do BDI (Benefício e Despesas Indiretas), considere as assertivas abaixo.

- I O BDI é definido como um percentual aplicado sobre o custo direto para chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente.
- II O lucro e despesas, tais como: administração central da obra, despesas financeiras e encargos trabalhistas sobre a mão de obra, devem ser incluídos para compor o BDI.
- III O preço de venda de um determinado serviço é a soma dos custos diretos de execução com o BDI.
- IV Nas obras públicas, costuma-se adotar um BDI diferenciado para o fornecimento de material e equipamentos relevantes e de natureza específica, os quais demandam a incidência de taxa de BDI própria e inferior à taxa aplicada aos demais itens da obra.

Estão **corretas**

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I e IV, somente.
- (E) II, III e IV, somente.

49 No orçamento, os custos variáveis são aqueles que variam proporcionalmente com o aumento ou diminuição das quantidades produzidas. Quanto a exemplos de custos variáveis, analise os itens seguintes.

- I Mão de obra indireta.
- II PIS/ICMS/ISS.
- III Depreciação de equipamentos.
- IV COFINS/Contribuição Social

Está(ão) **correto(s)**

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e IV, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 50 Na construção civil, são usuais três modalidades de contrato para a remuneração de serviços de engenharia prestados, a saber: preço global, administração e preços unitários. Sobre a modalidade preço global, é **correto** afirmar:
- (A) Os pagamentos são feitos através do rateio do preço total em parcelas distribuídas em relação ao andamento da obra, respeitando critérios de medição definidos.
 - (B) Ocorre em obras específicas, quando o nível de informações sobre o escopo são insuficientes para permitir a formulação de preço fechado.
 - (C) É aplicável quando as especificações, a qualidade e o tipo de serviço são bem definidos, todavia sem precisar a quantidade.
 - (D) Nesta modalidade, o contratante corre o risco de pagar e não receber o resultado esperado.
 - (E) Nesta modalidade, a contratada define os preços unitários para a execução dos serviços de escopo bem definidos com base em quantitativos levantados pelo cliente.